

Inocência estuda proposta para acelerar cassações

Presidente da Câmara quer que sessões sejam públicas e o voto seja aberto nos processos

BRASÍLIA — A mesa da Câmara quer apresentar no início da revisão constitucional uma série de propostas para tornar mais ágil e transparente o processo de cassação de mandatos dos parlamentares envolvidos na corrupção do Orçamento, além de impedir que uma eventual renúncia dos acusados impeça sua punição e torne possível sua reeleição no ano que vem. O presidente da Câmara, deputado Inocência Oliveira (PFL-PE), discutiu ontem com os membros da Comissão de Constituição e Justiça aspectos técnicos destas sugestões, que serão avaliadas também pelo colégio de líderes na próxima terça-feira.

Na reunião, Inocência pediu pressa no exame de 62 pedidos do Supremo Tribunal Federal (STF) para processar deputados. As propostas apresentadas por Inocência relativas aos resultados da CPI do Orçamento foram: restringir a imunidade parlamentar (para preservar apenas o direito do parlamentar à opinião, ao voto e à palavra, mas não para protegê-lo contra processos criminais), tornar públicas as sessões e aberto o voto nos processos de cassação.

Inocência apresentou ainda sugestões para que os vetos presidenciais fossem apreciados em votação aberta e apenas na casa de origem (isto é, no Senado ou na Câmara, dependendo de onde partiu o veto) e de modificações na estrutura da Comissão Mista de Orçamento do Congresso.

A Comissão de Constituição e Justiça alertou Inocência para o risco de se colocar em prática uma medida que está sendo analisada pela CPI — mandar os processos de cassação direto ao plenário, sem passar pelas Comissões de Justiça das duas casas antes. Unanimemente, eles consideraram que os processos seriam nulos. A mesa, a comissão e os líderes vão estudar uma proposta para que os mandatos sejam suspensos por até 120 dias, sem prejuízo da punição que venha a ser decidida pelo plenário no fim do processo.